

SEGURANÇA

Lula anuncia R\$ 3 bi para evitar violência nas escolas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) liderou ontem reunião no Palácio do Planalto com ministros de estado, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), parlamentares, governadores e secretários de Educação para anunciar um pacote de ações integradas para prevenir violência nas escolas.

Haverá um apoio federal de um total de R\$ 3 bilhões a serem transferidos para estados e municípios. Não há previsão, entretanto, de que todos esses recursos sejam novos: a maior parte é de adiamentos de pagamentos previstos.

O governo vai adiantar as transferências de R\$ 1,097 bilhão no âmbito do PDDE (Programa Dinheiro Direito na Escola). A segunda parcela seria paga em setembro, mas o dinheiro já cairá neste mês nas contas das escolas.

Também dentro do programa haverá a liberação de R\$ 1,8 bilhão relacionados a anos anteriores e que estão parados nas contas das escolas para outras ações. Outros R\$ 200 milhões serão direcionados para ações como criação

de núcleos psicossociais, municipais, regionais ou estaduais.

As ações foram anunciadas pelo ministro da Educação, Camilo Santana (PT). "Isso é reflexo de uma situação que vivemos na nossa sociedade, que tem estimulado uma cultura de violência, de ódio e de intolerância", disse o ministro, que ressaltou que a situação se agravou pela questão das plataformas digitais.

Durante a pandemia, o governo Jair Bolsonaro (PL) também usou adiantamentos de pagamentos do PDDE como anúncios de ações para auxiliar redes.

Dos R\$ 3 bilhões, houve incremento de R\$ 100 milhões no PDDE a ser adiantado neste mês e os R\$ 200 milhões do PAR também são novos, segundo Camilo explicou, à tarde, no Encontro Anual Educação Já, promovido pelo Movimento Todos pela Educação em Brasília.

O governo vai editar uma resolução para comunicar aos gestores escolares que podem usar os recursos do PDDE represados com a finalidade de segurança. A ideia é que as unidades escolares possam fazer gastos de formação,

infraestrutura e equipamentos.

Ao longo dos últimos dias, Santana fez reuniões com representantes de secretários de Educação e com outros ministros, como o Justiça e Segurança Pública, de Direitos Humanos e Esportes.

Os encontros foram resultado da criação de um grupo interministerial para tratar o tema na esfera federal.

No início do mês, um homem entrou em uma escola particular em Blumenau (SC) e matou quatro crianças. O caso ocorreu nove dias após o ataque à escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, quando um aluno de 13 anos matou uma professora a facadas e feriu outras cinco pessoas, entre elas três docentes.

Supostas ameaças de ataques têm alterado a rotina de escolas pelo país. Apesar de a maioria das mensagens ser falsa, pais, alunos e professores relatam medo; especialistas orientam denunciar casos para autoridades.

Participaram a presidente do STF, Rosa Weber, e Alexandre de Moraes, que ainda presidente o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O ministro da Casa Civil, Rui

Costa, iniciou o evento afirmando que os ataques em escolas têm a mesma motivação dos ataques de 8 de janeiro contra os prédios dos Três Poderes, em Brasília.

O governo federal promete instalar um grupo com ministros, governadores e chefes dos outros Poderes da República para discutir medidas de segurança nas escolas. Segundo Rui Costa, o objetivo é criar uma espécie de "Conselho da República" para discutir diretrizes sobre o tema.

Com relação a investimentos, o governo já havia anunciado edital de R\$ 150 milhões para reforço nas rondas escolares. Mas também houve anúncios de formação. O MEC (Ministério da Educação) vai passar a disponibilizar uma cartilha de recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. A partir da próxima segunda-feira, haverá formação pelo ambiente virtual do ministério para gestores e professores implementarem essas recomendações.

Também foi anunciada a chamada Campanha Nacional de Sensibilização e Orientação para Proteção no Ambiente Escola.

TRANSPORTE

Sindicato denuncia falta de segurança do monotrilho em SP

DANIEL MELLO/ABRASIL

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo denunciou ontem que a Linha 15 - Prata do Metrô, monotrilho que passa pela zona sul e leste da capital paulista, opera sem a segurança necessária. Segundo a presidente da entidade, Camila Lisboa, não há um sistema para evitar colisão entre trens, como a que aconteceu no dia 8 de março.

O acidente ocorreu entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto, na zona leste, por volta das 4h30, durante a movimentação de posicionamento dos trens. Ninguém ficou ferido.

Para Camila, o acidente só ocorreu porque o monotrilho não conta com os mesmos mecanismos de controle automatizado como das demais linhas do metrô. "O sistema automático de proteção dos trens permite que tantos os trens quanto os trilhos leiam os trens, saibam quando tem um trem à frente", explicou.

De acordo com a presidente do sindicato, a opção pelo trem em linha elevada não atende às necessidades de transporte da cidade. "Se a gente olhar em várias partes do mundo, é raro existir um

sistema como esse (de monotrilho). Ele não é um veículo para funcionar a longas distâncias, não é um trem para carregar muita gente", disse.

A falta de capacidade do monotrilho tem afetado o transporte de passageiros, segundo Camila. "Na semana passada, um trem paralisou por conta de excesso de peso".

O sindicato defende que os trens tenham operadores com acesso aos controles, para garantir a segurança de operação do monotrilho. "Com todos os acidentes e problemas que já aconteceram com o monotrilho, não ter um operador de trem para acionar a emergência, para tomar atitude quanto a circunstância, coloca a população em risco", disse Camila.

METRÔ

Em nota, o Metrô afirma que tem a segurança como prioridade, e que "cumpre com todos os protocolos internacionais necessários". Ainda de acordo com o comunicado, a investigação interna da empresa concluiu que a colisão de março aconteceu por "descumprimento de procedimentos operacionais por parte dos funcionários envolvidos".

PROPINA

STJ determina que PF investigue delação que envolve Cláudio Castro

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Raul Araújo determinou que a PF investigue informações trazidas por um delator que apontou suposto recebimento de propina pelo governador do Rio, Cláudio Castro (PL), enquanto era vereador e vice-governador.

A decisão dá um prazo de três

meses para que a Polícia Federal apure as acusações de corrupção levantadas por Marcus Vinícius Azevedo da Silva --empresário e ex-assessor de Castro. O pedido partiu da PGR (Procuradoria Geral da República).

As suspeitas são dos crimes de fraude em licitações, organização criminosa, corrupção ativa e pas-

siva, lavagem de dinheiro e peculato (desvio de dinheiro público).

No depoimento, prestado ao Ministério Público do Rio em julho de 2022 e noticiado pelo UOL em setembro, Marcus Vinícius diz que Castro recebeu propina no exterior --US\$ 20 mil em uma viagem com a família a Orlando, na Flórida, onde ficam

parques da Disney.

O ex-assessor corroborou afirmações de outro delator de que Castro, na época em que era vice-governador, recebeu dentro de uma mochila propina de um empresário que tinha contrato com o estado. Agora caberá à PF investigar se há provas que corroboram os relatos feitos pelo delator.

HERDEIRO VAGABUNDO

Brasil ainda aguarda confirmação da prisão de Thiago para extradição

Autoridades brasileiras ainda aguardam a confirmação oficial da prisão de Thiago Brennand, 43, para dar prosseguimento à extradição. A informação foi dada pelo portal G1 e confirmada pela Folha de S.Paulo por fontes do governo.

O governo brasileiro já tem conhecimento da prisão, porém ainda aguarda a comunicação para que agentes da Polícia Federal embarquem aos Emirados Árabes Unidos para a conclusão dos trâmites.

A expectativa era de que

quatro agentes embarcassem nesta terça-feira para o país e que o empresário chegasse ainda na próxima sexta-feira no Brasil.

Porém, o procedimento não pode ser concluído sem a comunicação oficial da autoridade do

país para onde Thiago viajou no início de setembro.

Ele responde a oito processos e tem cinco pedidos de prisão decretados pela Justiça de São Paulo por crimes sexuais, como estupro, além de agressões.

CRISE NO CAMPO

MST critica ministro do Desenvolvimento Agrário

A direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem mostrado grande irritação com Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário, que, na visão deles, não tem contribuído para fazer avançar o debate a respeito da reforma agrária e assim diminuir a tensão com os movimentos do campo.

A pasta de Teixeira é o principal elo do MST com o governo federal, pois está em sua alçada o tratamento da questão da reforma agrária. O MST tem cobrado de Teixeira desde o começo do ano a apresentação de um plano para as famílias acampadas, estimadas em cerca de 100 mil, e a substituição de superintendentes estaduais bolsonaristas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A avaliação do MST é a de que Teixeira não deu encaminhamento a essas demandas nesses primeiros meses de governo. Os

membros do MST afirmam que saíram sempre sem debates substantivos a respeito de seus temas de interesse das reuniões com o ministro. Sem retorno concreto à militância, a tensão se agravou no chamado abril vermelho, mês em que anualmente acontece a maior parte das invasões promovidas pelo movimento.

O MST diz que a dificuldade está concentrada no ministro, cuja postura é definida como intransigente. As reuniões recentes com Cesar Aldrighi, presidente do Incra, e Edegar Pretto, da Conab, foram consideradas produtivas, assim como encontros nos ministérios da Cultura, da Educação e da Saúde. Nos próximos dias, dirigentes do movimento devem se encontrar com Márcio Macedo, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Fernando Haddad, ministro da Fazenda, Rosa Weber, presidente do STF, e Arthur Lira, presidente da Câmara.

MAIOR COBERTURA

Saúde e AMB querem 'recuperar vacinação'

A AMB (Associação Médica Brasileira) e o Ministério da Saúde uniram esforços em prol da recuperação da cobertura vacinal de diversos tipos de imunizantes no país. A ideia é que, com as ações coordenadas do ministério e da entidade médica, aumente a conscientização da população sobre a importância de se vacinar, recuperando as taxas de vacinação, perdidas nos últimos anos.

A AMB representa 54 sociedades médicas brasileiras com cerca de 25 mil médicos associados. Nos últimos quatro anos, sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), houve um descolamento das entidades médicas com o Ministério da Saúde, muito em parte das posições anticientíficas do ex-presidente. A reunião, realizada ontem, foi a primeira a ocorrer desde o início da pandemia, em 2020. Estiveram presentes no evento o ginecologista e

presidente da AMB, César Eduardo Fernandes, a secretária de vigilância em saúde e ambiente, Ethel Maciel, o diretor da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia), Marcos Antônio Cirilo, Renato Kfour, vice-presidente da Sbm (Sociedade Brasileira de Imunização) e o presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, Fábio Chigres Kushinir, além de Eder Gatti, secretário do Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI) e a pneumologista Margareth Dalcolmo, embaixadora da campanha de vacinação do Ministério da Saúde.

As baixas coberturas vacinais de todas as doenças imunopreveníveis do calendário infantil colocam maior risco de retorno dessas doenças, avalia César Fernandes, da AMB. Segundo ele, termos como "hesitação vacinal" não eram parte do vocabulário médico há alguns anos.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 08 de maio de 2023, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Termo de Securitização conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (ii) A alteração da Data de Vencimento dos CRI, conforme a Cláusula 4.8 do Termo de Securitização, para que corresponda a 11 de janeiro de 2025; (iii) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Colocação Privada da Tocantins Energias Renováveis S.A. ("Termo de Emissão"), conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (iv) A alteração da Data de Vencimento, conforme a Cláusula 4.1.3 do Termo de Emissão, para que corresponda a 09 de janeiro de 2025; (v) A concessão de waiver referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros dos CRI, referente a 02 de maio de 2023, para que seja paga em 11 de maio de 2023, conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (vi) A concessão de waiver referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros das Notas Comerciais, referente a 27 de abril de 2023, para que seja paga em 09 de maio de 2023, conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (vii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada a distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail gerl.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela Vórtex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendirem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: gerl.agente@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 17 de abril de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização